

O Brasil é mesmo um “anão diplomático”?

Is Brazil Really a “Diplomatic Dwarf?”

Resumo: Este texto pretende apresentar reflexões de pesquisadores brasileiros acerca do tema e sobre ações realizadas no passado com vistas ao desenvolvimento de um projeto nacional constante e isento de oscilações políticas domésticas ou externas. A pesquisa realizada teve como fator de motivação a reincidência da atribuição do epíteto “anão diplomático” ao Brasil, retomado a cada situação em que o país se posiciona quanto às questões sensíveis no cenário internacional. Este trabalho apresenta um caráter metodológico qualitativo-analítico e está embasado em fontes bibliográficas e hemerográficas. O texto contém ideias professadas por diferentes autores, com destaque para Golbery do Couto e Silva, Hélio Jaguaribe e Jorge Calvario dos Santos. Também contempla reflexões sobre a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), sua inspiração e finalidade. Por razões didáticas, o conteúdo foi dividido em quatro seções. A primeira tem caráter introdutório e conceitual. A segunda contempla a experiência individual de pensadores estratégicos nacionais contemporâneos. A terceira foca na capacidade institucional de desenvolver uma metodologia voltada para a formulação de um pensamento estratégico no país e, finalizando o texto, na quarta seção, constam considerações finais sobre o tema abordado e uma sucinta avaliação quanto à impropriedade da pecha de “anão diplomático” para o Brasil.

Palavras-chave: estratégia; pensamento estratégico; conceito estratégico.

Abstract: This text seeks to present some reflections of Brazilian scholars on the subject and on previous actions carried out to develop a national project that is constant and immune to domestic or external political oscillations. The research had as a motivation factor the recurrence of the epithet “diplomatic dwarf” to Brazil, recovering each occasion when the country takes a stand about sensitive themes in the international scenario. This work has a qualitative-analytic methodological bias and is based on bibliographic and hemerographic sources. The text contains ideas professed by different authors, with emphasis on Golbery do Couto e Silva, Hélio Jaguaribe, and Jorge Calvario dos Santos. It also contemplates reflections on the Brazilian War College (ESG) foundation, its inspiration, and purpose. For didactic reasons, the content has been divided into four sections. The first has an introductory and conceptual feature. The second exposes contemporary national strategic thinkers’ experiences. The third focuses on the institutional capability to develop a methodology destined to design a national strategic thinking and, to end the text, in the fourth section, are the final considerations on the topics issued and a brief evaluation on the impropriety of the label “diplomatic dwarf” to Brazil.

Keywords: strategy; strategic thinking; strategic concept.

Ricardo Rodrigues Freire 

Escola Superior de Guerra
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail ricardo.freire@esg.br

Recebido: 10 set. 2023

Aprovado: 12 dez. 2023

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



1 INTRODUÇÃO

Em meados de 2014, no contexto dos contumazes acirramentos entre israelenses e palestinos na Faixa de Gaza, diante da reação brasileira de considerar “desproporcionais” as ações de Israel na região, ocorreu uma crise diplomática entre os governos do Estado de Israel e do Brasil. Isso se deu, principalmente, devido à declaração de Yigal Palmor, experiente Porta-Voz do Ministério das Relações Exteriores israelense, de que o Brasil não passava de um “anão diplomático” (Porta-voz, 2014).

Nos primeiros dias de março de 2023, por conta da atracação de embarcações militares iranianas no porto do Rio de Janeiro para abastecimento, canais midiáticos prontamente retomaram os comentários sobre o comportamento brasileiro e voltou à berlinda a figura do anão diplomático (Sant’Anna, 2023). Coincidência ou não, o pejorativo anão diplomático foi novamente atribuído ao Brasil pelos israelenses.

Em virtude desse quadro recidivo, agora num cenário mundial mais incerto e complexo, este artigo propõe-se a apresentar reflexões e ações pretéritas voltadas para o desenvolvimento de um projeto nacional no Brasil, coerente com um planejamento estratégico robusto e alheio às flutuações e às tensões do cotidiano político doméstico ou externo.

Adota-se a hipótese de que uma postura brasileira mais clara e explícita quanto à sua visão de futuro poderia livrar o país desses comentários jocosos. Ademais, como corolário, há no texto a intenção de avaliar a pertinência e adequabilidade do termo anão diplomático como referência ao Brasil.

De sorte a atingir seu intento, este texto foi precedido de uma pesquisa de caráter metodológico qualitativo e analítico, a qual tomou por base fontes bibliográficas e hemerográficas. O conteúdo textual foi construído com base em ensinamentos professados por pensadores nacionais de um passado recente, destacadamente Golbery do Couto e Silva, Hélio Jaguaribe e Jorge Calvario dos Santos. Também, foram alçadas ideias que nortearam a criação de um estabelecimento de ensino no país vocacionado a estudar os destinos político-diplomáticos do Brasil.

Cumpra aqui ressaltar que tais autores não são os pioneiros no trato do tema no país. Desde o Império, por exemplo, vê-se nos relatos sobre a vida do Visconde de Uruguai (1807-1866) que “seu legado imprimiu à política externa a noção da razão de Estado, sobrepondo o coletivo aos interesses particulares, consolidando os fundamentos do interesse nacional e profissionalizando o ofício diplomático” (Souza, 2021, p. 21).

Pouco mais tarde, o pensador, filósofo e político fluminense Alberto Torres (1865-1917) dedicou-se ao debate da reorganização política e social do Brasil. Nos dizeres de Lago (2001, p. 227-229), Alberto Torres se destacou pelo “seu alto saber, cultura e sólida erudição os quais demonstram uma grande preocupação no aproveitamento das forças vivas nacionais, manifestando forma original e elevada”. Dentre suas obras sobre esse tema se destacam: *O Problema Nacional Brasileiro* (1914), *A Organização Nacional* (1914), *As Fontes da Vida no Brasil* (1915) e *As Ideias de Alberto Torres* (1932).

Nos primórdios da República, o professor, jurista, historiador e sociólogo Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951) – tido como o primeiro sociólogo sistemático do Brasil –, já apontava as questões do “insolidarismo nacional”¹.

Esses autores seguramente serviram e servem de inspiração para aqueles que se dedicam a analisar a construção de um pensamento estratégico brasileiro.

Para o desenvolvimento do trabalho propriamente dito, este foi subdividido didaticamente, além destes prolegômenos, em três outras partes. A primeira delas contempla a experiência transmitida por estudiosos do pensamento estratégico nacional. A segunda, apresenta reflexões sobre a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), sua inspiração e finalidade. E, encerrando o texto, seguem-se algumas considerações finais sobre o tema tratado, avaliando, dentre outras questões, a propriedade da pecha de anão diplomático para o Brasil.

Mas, antes de ingressar nas seções seguintes, cumpre sublinhar o verdadeiro significado do substantivo anão. Se, por curiosidade, o leitor buscar por essa palavra num dicionário, decerto encontrará definições do tipo:

[...] que ou aquele que apresenta pouca estatura ou cuja estatura é muito inferior à média; gente pequena; que ou aquele que apresenta nanismo ou crescimento atrofiado; que ou aquele que é raquítico; mirrado; nanico; diz-se de ou pessoa que tem pouca inteligência; desprezível, insignificante (Anão, 2009).

Considera-se prudente memorizar as palavras acima transcritas, posto que serão úteis para o entendimento das considerações que serão alinhavadas ao final deste artigo.

Outro dado importante a ser registrado agora é o objeto da pecha. Conforme análise geopolítica descrita por Costa (2018, p. 514), o Brasil, juntamente com a Austrália, o Canadá, a China, os Estados Unidos (EUA), a Índia e a Rússia, integra um grupo de Estados com características peculiares denominado de “países-baleia”. Segundo esse autor, tais países, pelos critérios por ele analisados, contam com enormes vantagens geoestratégicas no cenário global.

Logo, ao trazer à discussão as querelas brasileiras, é conveniente recordar que, independentemente do viés da abordagem de quaisquer que sejam as questões lançadas ao debate, o Brasil é um país de dimensões continentais e de imensa população². Além disso, cabe considerar que diante de tamanha base territorial, o país dispõe de fontes de recursos naturais de toda ordem, em especial os hídricos, minerais, dentre muitos outros existentes em sua vasta biodiversidade continental e marítima. Como afirmam de Lima *et al.* (2017): “Com dimensões continentais, o Brasil destacou-se nos primeiros anos do século XXI [...]. Seu protagonismo deve-se, entre outras razões, à extensão de seu território e à consequente concentração de riquezas em uma região repleta de recursos naturais” (2017, p. 66).

1 Para Oliveira Vianna, “dadas a dispersão do território nacional, as diferenciações geoeconômicas, populacionais, geográficas, e assim por diante, e dada, principalmente, a nossa formação clânica de isolamento e arquipélagos. Ele era um antiindividualista feroz – a formação clânica do Brasil se deu em tomo de indivíduos ou de famílias, em fazendas, latifúndios, explorações extensas, isoladas. [...] esta formação criou o individualismo e o egoísmo brasileiro, a falta de solidariedade entre os grupos e as pessoas, no Brasil, a falta de espírito público” (Cavalcanti *et al.*, 1979, p. 34-35).

2 Segundo consta no portal eletrônico Dados Mundiais (2023), o Brasil é o quinto maior país do mundo em termos territoriais e tem a sexta maior população do planeta.

Uma vez fixadas as ideias sobre o signo do substantivo anão e alguns dados sobre o Brasil, julga-se possível avançar nestes escritos, passando-se, pois, à apresentação de uma rara parcela do acervo de conhecimentos disponíveis sobre o pensamento estratégico brasileiro.

2 A VOZ DA EXPERIÊNCIA

Na década de 1980, Golbery do Couto e Silva³ elaborou uma obra voltada para a conjuntura política e para as geopolíticas nacionais (Silva, 1981). Àquela época, o autor recomendava a necessidade de “destruir a polaridade” e de “reeducar-nos para a convivência democrática” (Silva, 1981, p. 34).

As recomendações em foco tinham por meta, segundo consta na obra em apreço, a

[...] criação de nova correlação de forças políticas, seja no âmbito federal seja no panorama dos Estados federados, e de impulsos tais que permitam promover, com êxito e oportunidade, o avanço paralelo da descentralização também em campos bem mais existentes como o econômico, por exemplo. Até lá, espera-se que os principais obstáculos inerentes a este possam ter sido removidos ou, pelo menos, superados (Silva, 1981, p. 34-35).

Traduzindo-se as ideias acima descritas, o general Golbery refere-se à criação de um esforço sinérgico da sociedade brasileira que defina um pensamento estratégico para o país, voltado ao fortalecimento daquilo que doravante será denominado de Poder Nacional. Esse conceito é definido, segundo a ESG (2018, p. 38-39) como “a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a Vontade Nacional”. A mesma fonte destaca que o Poder Nacional se manifesta segundo as expressões política, econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológica, as quais são interdependentes, embora não sejam autossuficientes.

Golbery é incisivo quanto ao valor do Poder Nacional como “trunfo decisivo” para sustentação da diplomacia de um Estado. Deixa claro que não é possível dispor, a todo tempo, do empoderamento que corresponda a todas as responsabilidades assumidas pelo país. Todavia, é imprescindível que haja um esforço planejado e em constante andamento, o qual direcione o país à obtenção de capacidade desejável para proporcionar “Bem-Estar e Segurança” à sociedade – isto é Pensamento Estratégico (1981, p. 13).

Na defesa de um Conceito Estratégico Nacional, Silva advoga a necessidade de que se procedam análises das conjunturas interna e externa e sejam formulados objetivos nacionais permanentes. Considerando-se somente a questão dos objetivos nacionais, que estão diretamente relacionados com o escopo deste trabalho, o autor os define como “[...] interesses e aspirações do grupo nacional, tendo em vista a sua própria *sobrevivência como grupo*, isto é, asseguradas as

3 O general Golbery do Couto e Silva (1911-1987) graduou-se Oficial de Infantaria do Exército Brasileiro pela Escola Militar do Realengo em 1930 (primeiro colocado de toda a Escola). Integrou a Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial e, ao longo de sua carreira militar, desempenhou diversas funções no Brasil e no exterior. Foi chefe do Gabinete Civil dos governos de Ernesto Geisel e de João Batista de Figueiredo. Também se dedicou aos estudos da estratégia e da geopolítica, tendo chefiado o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), no Rio de Janeiro, na década de 1960. Note-se que, embora esta obra referenciada seja da década de 1980, o general Golbery tinha publicações anteriores sobre o mesmo tema, como, por exemplo, *Planejamento estratégico* (1955) e *Geopolítica do Brasil* (1967).

três condições básicas de *autodeterminação, integração* crescente e *prosperidade*” (Silva, 1981, p. 251-252, grifo nosso).

Em resumo, vê-se como imprescindível que o Brasil explicita para si próprio e para o sistema internacional o que ele pretende ser, a sua visão de futuro – obviamente, o retrato dos “interesses e aspirações” do seu povo – único e legítimo ator soberano da república. Porém, Silva (1981, p. 252) ressalta que para uma perfeita formulação dos ditos objetivos nacionais permanentes “importa eliminar, tanto quanto possível, as **superestruturas ideológicas** e as **racionalizações mais ou menos especiosas** com as quais, frequentemente, se mascaram as aspirações e interesses de fundo mais egoísta e caráter mais agressivo” (1981, p. 252, grifo nosso).

Enfim, o general Golbery, além de sublinhar a importância da formulação de um Conceito Estratégico Nacional devidamente alicerçado nos objetivos colimados pela sociedade, enfatiza que a definição de tais metas deve ser desprovida de vieses ideológicos e sectários. Qual seja, trata-se aqui de um pensamento estratégico autóctone e imune às metamorfoses dos cenários nacional e internacional. Apartado das mazelas conjunturais, torna-se imperativo acordar sobre aquilo que realmente o país deseja ser e definir acuradamente os objetivos que a sociedade almeja alcançar.

Passadas duas décadas do lançamento da obra do general Golbery, já no ocaso do século XX, o destacado intelectual brasileiro Hélio Jaguaribe⁴ dedicou-se a analisar as questões afetas ao Brasil e ao mundo para ingresso no século XXI (Mattos, 2000).

À guisa de introdução de suas análises, este autor descreve a centúria que se encerrava como um período de “grandes revoluções” e que legava ao século entrante um cenário “complexo e contraditório”, em que “tudo é possível e factível”, dadas as desconstruções das “certezas do século XIX” (Mattos, 2000, p. 3-4).

Interessante observar que este pensador, na sua peculiar erudição, caracteriza o novo tempo como “estocástico e não mais apodítico” (Mattos, 2000, p. 7). Qual seja, o caráter lógico e preditivo do século XX dá lugar aos cenários aleatórios, casuais, contingentes, fortuitos, imprevistos, incertos e inesperados do século XXI. Essa visão é deveras interessante, uma vez que delinea ontologicamente as descrições do mundo conhecidas nos dias de hoje como “VUCA”⁵, “BANI”⁶, “PSIC”⁷, por exemplo. Destacam-se estas duas últimas, por serem bem mais recentes e tão alardeadas nos quadros pandêmico/pós-pandêmico da Covid-19 e do conflito hegemônico revisionista da dita *Pax Americana*⁸.

4 Hélio Jaguaribe Gomes de Mattos (1923-2018), advogado, sociólogo, cientista político, decano do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (Iepes), no Rio de Janeiro, e membro da Academia Brasileira de Letras (ABL).

5 Termo largamente empregado no século XXI, o acrônimo VUCA (*volatile, uncertain, complex and ambiguous*), que tem sua origem na Revolução dos Assuntos Militares nos Estados Unidos (EUA) e foi citado, ainda no século passado, por exemplo pelo professor Wayne Whiteman para descrição dos campos de batalha do futuro (Whiteman, 1998). Segundo outra fonte, a sigla teria sido cunhada pelo general estadunidense Maxwell Reid Thurman, após o colapso da antiga União Soviética, no início da década de 1990 (Sridharan, 2021).

6 Consta que cientista político e “faturólogo” estadunidense Jamais Cascio teria cunhado este novo acrônimo (*brittle, anxious, non-linear and incomprehensible*), que em Português significa “frágil, ansioso, não linear e incompreensível” (Sridharan, 2021).

7 Acrônimo dos vocábulos precipitado, superficial, imediatista e conturbado, citado por Nunes (2023) para descrever o mundo informacional que caracteriza a década de 2020.

8 Hélio Jaguaribe afirma que: “Um precário equilíbrio bipolar regulou o mundo no curso da segunda metade do século XX. Rompido esse equilíbrio com a implosão da União Soviética em 1991, restou apenas uma superpotência que vem exercendo uma crescente hegemonia mundial, gerando um sistema organizatório do mundo que cabe designar de *Pax Americana*” (Mattos 2000, p. 7-8, grifo nosso).

Assim sendo, diante dos quadros de incerteza que se avizinham, parece ser de todo prudente que o Brasil saiba exatamente para onde e por quais sendas deseja caminhar nos próximos anos. E, para isso, julga-se prudente a formulação de um pensamento ou conceito estratégico consistente e bem definido. Essa condicionante consta nas ideias de Hélio Jaguaribe, com relevo para a busca do devido consenso nacional para a sua formulação. É justamente essa avença que isola o Conceito Estratégico Nacional das variações políticas conjunturais.

Na visão desse autor, o século XXI será palco de um “novo humanismo”, no qual se estabelecerão regras de convivência harmônica entre o técnico, o humano e a natureza, ou seja, o “humanismo tecnológico de caráter social-ecológico” (Mattos, 2000, p. 9). Não é difícil avaliar que tal harmonia não será fácil de alcançar, dada a amplitude das escolas de pensamento aqui envolvidas.

Prosseguindo em sua visão prospectiva, Hélio Jaguaribe aponta para um muito provável quadro de bipolaridade sino-estadunidense e descreve seus impactos sobre o Brasil. Segundo a visão futurística em questão, tem-se a China no intento de tornar-se uma superpotência por meio da sustentação de taxas de desenvolvimento elevadas e da manutenção de sua unidade nacional. Também, aponta para a incapacidade dos EUA de neutralizar o revisionismo chinês, diante do amplo avanço desse país no sistema internacional – tal e como se deu no início do processo da nuclearização da extinta União Soviética (Mattos, 2000, p. 11-12).

Concretizando esse cenário, Mattos (2000, p. 12) aponta o despreparo do Brasil “para enfrentar os desafios do novo século”, devido à realidade de seu “renitente subdesenvolvimento”. Todavia, o autor deixa claro que tal deficiência não configura uma “limitação fatal”. Porém, para superar essa deficiência, considera urgente

[...] a necessidade da mais acelerada possível promoção de um desenvolvimento nacional, como nacional, ao se iniciar o século XXI. A estimativa de vinte anos como prazo limite para a permissibilidade internacional de tal iniciativa, ao se iniciar o novo século, corre o risco de ser demasiado otimista. Pode-se seguramente asseverar que a exequibilidade de um desenvolvimento nacional, nesse prazo, depende, por um lado, de se iniciar o processo o mais pronta e energeticamente possível (Mattos, 2000, p. 13).

Na sequência de seu raciocínio, Hélio Jaguaribe assevera que a sociedade brasileira (inclusos seus governantes) não tem consciência da importância premente de dispor de um Conceito Estratégico genuinamente brasileiro para enfrentar os obstáculos que hão de surgir com a nova centúria:

Ademais de seu persistente subdesenvolvimento, o que torna o Brasil despreparado para enfrentar os desafios do século XXI é o fato de o país, como um todo, incluídas suas elites dirigentes, não ter consciência nem dos requisitos fundamentais para enfrentar o novo século, nem da extrema urgência para que sejam atendidos os requisitos iniciais para tal necessários, sob pena de se perder o ainda disponível curto prazo histórico para alcançar a desejada meta (Mattos, 2000, p. 13).

Nesse viés de pensamento, o autor deixa explícito que os países com limitações nas suas expressões do Poder Nacional conseguem tornar factível a sua viabilidade no contexto internacional

na medida em que identificam suas deficiências, reconhecem quais são os requisitos necessários para suplantá-las e, contando com uma “satisfatória massa crítica”, estabelecem “um consenso nacional básico no tocante à deliberação de dar consistente atendimento a tais requisitos” (Mattos, 2000, p. 15). Vê-se aqui outro ponto de difícil harmonia, uma vez que o quadro político partidário brasileiro dos dias atuais se caracteriza por uma polaridade calcificada, em que há pouco espaço para o diálogo.

Nota-se que os “requisitos” ora sublinhados em muito se aproximam da proposta de “objetivos nacionais” citados pelo general Golbery e, ambos os pensamentos conduzem à formulação do Conceito Estratégico Nacional. Mesma congruência se dá no momento em que Hélio Jaguaribe subdivide seus “requisitos” em quatro grupos: (i) entendimento do sistema internacional vigente, (ii) tipo de país a constituir, (iii) equação público-privado, (iv) políticas públicas a adotar.

Há, pois, como se pode observar, uma proximidade muito evidente nesses quatro grupos àquilo que o general Golbery retrata como análise da conjuntura, objetivos nacionais, equação “bem-estar e segurança da sociedade”. Em síntese, o general Golbery e Hélio Jaguaribe estão tratando, cada um a seu modo, da formulação do Conceito Estratégico Nacional.

Hélio Jaguaribe prossegue em sua linha de raciocínio adicionando três medidas fundamentais para o desenvolvimento do país em sua proposta de requisitos consensuados. São elas, resumidamente: (i) a adoção de um programa de desenvolvimento nacional robusto, que abarque todas as expressões do Poder Nacional e defina macrometas a serem alcançadas num prazo determinado; (ii) a instituição de um sistema eleitoral mais representativo, que “assegure, em cada legislatura, a formação de maiorias parlamentares estáveis, dotadas de programa próprio, disciplina partidária e liderança única”; e (iii) implantação de regime fiscal e de gestão governamental que equilibre as contas públicas e esteja devidamente sincronizado às macrometas preconizadas no programa de desenvolvimento nacional (Mattos, 2000, p. 17).

Em relação ao contexto internacional – palco das caracterizações lépidas do anão diplomático –, Hélio Jaguaribe inter-relaciona o plano doméstico ao internacional⁹, prescrevendo que Brasil necessita em sua política externa cuidar da consolidação e ampliação do Mercado Comum do Sul (Mercosul); de manter equilibrada a cooperação com países de grande protagonismo no sistema internacional (EUA, União Europeia e o Japão); de formar um ambiente de cooperação econômico-tecnológico com outros atores internacionais importantes, tais quais a China, a Índia e a Rússia; e preservar sua postura pacífica e adversa à dissuasão nuclear.

Uma vez expresso, o pensamento do professor Hélio Jaguaribe e sua destacada convergência à proposição do Conceito Estratégico Nacional do general Golbery, passar-se-á, então, a um terceiro bloco de ideias, desta feita com alusão à concepção do professor Jorge Calvario dos Santos¹⁰.

Cerca de três anos após a publicação do pensamento de Hélio Jaguaribe sobre o Brasil e o mundo na perspectiva do século XXI (Mattos, 2000), o professor Jorge Calvario proferiu uma

9 Segundo o autor, o “[...] regime de causalidade circular entre autonomia interna e autonomia externa só será possível para países que detenham satisfatória massa crítica de poder nacional e apropriado relacionamento internacional” (Mattos, 2000, p. 18).

10 Coronel Aviador, graduado pela Academia da Força Aérea Brasileira em 1969. Formou-se em matemática pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na mesma universidade concluiu o mestrado e o doutorado em engenharia de produção. Realizou estágio pós-doutoral em estudos estratégicos na Universidade Federal Fluminense (UFF). Atua como docente de cursos de pós-graduação na Escola Superior de Guerra (ESG) e na UFF e UFRJ.

conferência sobre o pensamento estratégico brasileiro para um curso regular da ESG. O conteúdo dessa fala foi transcrito no periódico científico da instituição (Santos, 2003) e alicerça o prosseguimento deste artigo. Nele se lê um debate que enfatiza as correlações entre identidade e cultura, cultura e pensamento e as influências do modernismo sobre tais questões. É nesse cadinho que são abordadas as condições que caracterizam o pensamento brasileiro.

Em suas reflexões, o autor afirma que “o desinteresse pelo pensar torna-se uma realidade contundente” no Brasil (Santos, 2003, p. 44). E se pensar não é interessante, menos ainda seria pensar estrategicamente, na busca de uma visão futurística da sociedade. O professor justifica tal desinteresse baseado em análises da formação do povo brasileiro, com ênfase em Darcy Ribeiro (1991), em que se lê:

A imitação do estrangeiro era inevitável. Inevitável porque vinham associadas a aspectos econômicos e fatores de progresso. O grande mal residia e ainda reside na rejeição do nacional, do popular por ser considerado subalterno devido à tropicalidade e à inferioridade do povo não branco. Por manter essa postura, gerações foram alienadas. Nessas circunstâncias, a alienação passou a ser a condição da classe branca por ser incomformada com seu mundo atrasado. Por isso vivia sem enxergar os valores da cultura que se construía (Santos, 2003, p. 42).

Para definir o ato de pensar, o autor recorre a René Descartes, na assertiva de que “Com a palavra pensar, entendo tudo o que acontece em nós, de tal modo que o percebamos imediatamente por nós mesmos; por isso não só entender, querer imaginar, mas também sentir é o mesmo que pensar” (Santos, 2003, p. 44).

No que concerne ao pensamento estratégico, o adjetivo é compreendido como “a arte de preparar o poder para conquistar e preservar objetivos, superando óbices de toda ordem” (Santos, 2003, p. 44).

Numa sucinta diagnose das quatro últimas citações apresentadas, tem-se a compreensão de que o pensamento estratégico remete àquilo que se deseja ser, que se imagina ser, os objetivos que se almeja alcançar. Contudo, isso só se concretiza quando se é dotado de capacidade para agir e superar os obstáculos que se apresentam. Isso é o mesmo que dizer, nos termos de um Estado, o preparo do Poder Nacional para conquistar e manter os objetivos nacionais. Cabe, por isso, ressaltar que o constructo do professor Jorge Calvario demonstra pleno alinhamento aos pensamentos do general Golbery e de Hélio Jaguaribe.

No desenvolvimento de sua exposição, na defesa da ideia de que a sociedade brasileira precisa romper a inércia e dedicar-se a refletir sobre os seus destinos, apesar dos modismos que se apresentam a cada dia, o autor advoga a criação de soluções autóctones para o país, valendo-se da originalidade cultural brasileira. Note-se que tal inventividade converge, também, com as posturas avessas às polarizações ideológicas: “Assim, entendemos que não há saída nem à direita nem à esquerda, apenas logicamente para frente, o que significa uma saída cultural. Por isso a necessidade imperiosa de um pensamento estratégico original” (Santos, 2003, p. 54).

Indo mais além, o autor discute sobre o desserviço do radicalismo ideológico na construção do pensamento estratégico, afirmando que “as ideologias apenas contestam aspectos não essenciais, não críticos. Assim, eles acabam sendo discursos reacionários, discursos que ratificam o esquema de poder existente” (Santos, 2003, p. 59).

Na visão do professor, o progresso da humanidade no século XX foi destroçado pela traição ideológica da Guerra Fria. Todavia, a sociedade nacional por conta de sua genialidade e originalidade apresenta plenas condições de formular seu pensamento estratégico. Além disso, também de forma profética, o autor prescreve que o descuido brasileiro com o pensamento estratégico pode comprometer a própria sobrevivência do país.

[...] **urge formular uma estratégia** de sobrevivência para que tenhamos condições de nos encontrar com nossa destinação. E uma fase em que o fracasso significará a morte, por isso é necessário sobreviver a qualquer custo. Apenas preservando a cultura e investindo em ciência, poderemos **optar pela originalidade** e assim poderemos escrever . nossa própria história e portanto inaugurarmos uma profícua etapa no processo evolutivo da humanidade (Santos, 2003, p. 65, grifos nossos).

Uma vez apresentados os postulados individuais de experientes estudiosos brasileiros sobre o pensamento estratégico, cabe agora, na sequência desses escritos, abordar o assunto sob o viés institucional, valendo-se do exemplo da ESG.

3 O PASSADO QUE ENSINA

Com base nas experiências colhidas ao longo da Segunda Guerra Mundial, o Brasil constatou a tibieza do Poder Nacional para enfrentar uma catástrofe social de tamanha envergadura. Para superar essa deficiência, em 20 de agosto de 1949, foi criada a ESG¹¹.

Essa instituição de ensino foi idealizada segundo a influência de congêneres estadunidenses, destacadamente os National War College e o Army Industrial College¹², como descreve Vianna (2019a). Todavia, seguindo os desígnios da genialidade e da originalidade brasileira, a ESG adotou um modelo pedagógico muito peculiar e específico à realidade nacional. Tal panorama também foi relatado por Vianna (2019b), referindo-se ao marechal Cordeiro de Farias, primeiro comandante e diretor de estudos da ESG, como se segue:

É preciso assimilar nesse ponto que a ESG [Escola Superior de Guerra] se inspirou no *War College* e no *Industrial College*, mas se tornou completamente diferente de ambos por forças das circunstâncias [...]. Eu sempre digo: nós somos filhos do *War College*, admitimos com orgulho esta paternidade, mas **não existe nada mais diferente do War College do que a Escola Superior de Guerra** (Vianna, 2019b, p. 75-76, grifos nossos).

O ineditismo do projeto se inicia na visualização de que o Brasil poderia “tornar-se uma grande potência, desde que houvesse vontade política e, sobretudo, gerasse um método de

11 Brasil (1949).

12 Segundo consta em EUA (2023), o atual *Dwight D. Eisenhower School for National Security and Resource Strategy* (*Eisenhower School*) – denominação adotada em 2013 e desde 1946 conhecido como *Industrial College of the Armed Forces* (ICAF) – tem suas origens no *Army Industrial College*, criado em 1924.

planejamento próprio” (ESG, 2023). Além disso, os quadros docente e discente da ESG foram constituídos por “militares dos estamentos superiores das três forças” e “civis do mais alto nível dos diversos segmentos profissionais da sociedade” (ESG, 2023).

Não é demais destacar que dos três autores enfocados na seção anterior, dois deles, Golbery do Couto e Silva e Jorge Calvario dos Santos, constam como membros do Corpo Permanente da ESG. Hélio Jaguaribe, por sua vez, foi um estudioso do pensamento gestado nessa Escola, em especial no que concerne à geopolítica, conforme consta em Lima (2015).

Outro passo importante do projeto foi a implantação de uma associação de diplomados, com o objetivo de disseminar os conhecimentos produzidos pela ESG por todo o território nacional. Isso se deu, em 1951, por meio da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG)¹³.

Nota-se claramente que a arquitetura do projeto pedagógico instituído na Escola e na sua Associação de egressos converge para a “promoção da integração civil-militar” e o desenvolvimento de uma ambiência de confiança mútua entre esses segmentos da sociedade, como relata Vianna (2019a, p. 85).

Comprova-se que este intento foi atingido, posto que ao longo de mais de sete décadas de história a Escola já diplomou “mais de dezoito mil ‘Esguianos’ [...], entre eles quatro Presidentes da República, Ministros de Estado e outras personalidades notáveis do cenário político brasileiro” (ESG, 2023). No sistema da ADESG, constata-se a expressiva cifra de aproximadamente 81 mil concludentes de seus ciclos de estudos e cursos ministrados (ADESG, 2023).

As ideias iluminadas até então sobre a criação da ESG revelam estreita relação entre o que foi preconizado pelo general Golbery, por Hélio Jaguaribe e pelo professor Jorge Calvario. Lê-se nesses autores postulados inerentes à proposta de pensar o país, de empregar metodologia autóctone para o planejamento estratégico nacional – Conceito Estratégico Nacional e definição de objetivos a atingir – de buscar o consenso sobre aquilo que se almeja para o país. Em relação a este último postulado – de capital importância na visão autoral –, a proposta preconizada no projeto da ESG de integração da sociedade como um todo e, particularmente, das elites dos segmentos civil e militar parece ser de uma invejável lucidez.

Em suma, como toda crise é sinônimo de oportunidade, o cataclismo da Segunda Guerra Mundial proporcionou ao Brasil o ensejo de criar um estabelecimento de ensino dedicado, exclusivamente, a desenvolver uma metodologia para formulação de políticas e estratégias direcionadas ao fortalecimento do Poder Nacional, em suas distintas expressões¹⁴, ou como se costuma tratar hodiernamente, num espectro multidimensional¹⁵.

Observa-se no contexto de criação da ESG a visão de que diferentes segmentos da sociedade deveriam interagir no desenvolvimento dessa metodologia e no seu uso, de maneira que

13 ADESG (2023).

14 Cabe aqui realçar que essa divisão do Poder Nacional em expressões (política, econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológica) apresenta um caráter meramente didático. O Poder Nacional deve ser compreendido como único e, devido ao caráter sistêmico da organização do Estado, ele cresce na medida em que cada uma das suas expressões se potencializa (Freire, 2022, p. 86-87).

15 Gonçalves (2022, p. 17), com base em diferentes fontes, apresenta uma comparação entre conceitos de “multidomínio” e “multidimensão”, relacionando-os às expressões do Poder Nacional. O primeiro conceito é mais restrito à expressão militar do Poder Nacional, enquanto o segundo contém o primeiro e está contido nas demais expressões do Poder Nacional. Como informação complementar, a “multidimensão” engloba os domínios espacial, aéreo, terrestre, marítimo, cibernético, informacional e do espectro eletromagnético, além do controle das dimensões urbana, jurídica (*lawfare*), da robótica, do uso de instrumentos de força assimétricos e híbridos, da economia e da indústria, ecológica e ambiental, psicológica e mental, das ferramentas de destruição em massa, da inteligência artificial e da física quântica.

o “pensamento estratégico brasileiro” ou o “Conceito Estratégico Nacional”, conforme clivado pelo general Golbery, deveriam ser formulados consensualmente, tal e qual aconselha Hélio Jaguaribe.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao atingir a última seção deste artigo, é possível que o atento leitor possa questionar o fato de que a Carta Magna brasileira em vigor possa bem definir os objetivos fundamentais do país. Em verdade, lê-se que:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
 I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
 II - garantir o desenvolvimento nacional;
 III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
 IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Brasil, 1988).

Contudo, há de se concordar que esses objetivos são de caráter *lato sensu*. Em verdade, o que os autores retratados neste trabalho e a metodologia desenvolvida na ESG preconizaram é de viés *stricto sensu*. Algo mais pormenorizado e mensurável num recorte temporal determinado.

O general Golbery dedica boa parte de sua obra aos pormenores do Conceito Estratégico Nacional. Hélio Jaguaribe, por sua vez, considera que “algumas características básicas podem ser enunciadas de imediato” para um período aproximado de duas décadas, como por exemplo: “atingir um nível social de desenvolvimento não inferior ao que se verifica nos países do sul da Europa, com um mais exigente nível de desenvolvimento econômico-tecnológico” (Mattos, 2000, p. 15).

O professor Jorge Calvario afirma que “é fundamental a existência de um grupo destinado a pensar o Brasil e traçar os rumos da originalidade”, posto que, no século XX “ainda continuamos tal como no século XVIII, ingênuos, dependentes de pensamento ou direção externa”. E, pior do que isso, não se diagnostica a visão míope de que “ser produtor de riquezas a serem ofertadas no mercado global é atributo econômico; logo é meio e não destino”. Portanto, urge a criação de “novas bases para a formulação do pensamento brasileiro” (Santos, 2003, p. 64-65).

Em síntese, já é passada a hora da sociedade brasileira conscientizar-se da imperiosa necessidade de obter um consenso sobre o país que realmente deseja construir. Formular um conceito estratégico que defina clara, factível e macrometricamente os objetivos a conquistar nas próximas duas ou três décadas, num espectro multidimensional, com o firme propósito de fortalecer o Poder Nacional.

É crível que, uma vez obtido o consentimento geral sobre o rumo a seguir, as variações decorrentes da oscilação política interna não afetarão o azimute da marcha para desenvolvimento. Com isso, os sobressaltos do sistema internacional terão menor efeito sobre a empreitada brasileira, uma vez que ela será explícita, transparente e impulsionada pela vontade e pelo poder nacional.

Portanto, considera-se que assim procedendo, a pecha de anão diplomático não voltaria a ser proclamada contra o Brasil, uma vez que não restariam dúvidas aos atores do sistema internacional quanto à visão de futuro do país e à perseverança do povo brasileiro em galgar posição destacada no concerto das nações, seguindo um caminho claro e previsível.

O que parece espantoso é a questão de existirem no Brasil indivíduos e instituições capazes e vocacionadas para a formulação do pensamento estratégico nacional e tal potencialidade não ser aproveitada.

Por que será que se desprezam as vozes das experiências individuais e institucionais?

A sociedade brasileira dispõe da receita do bolo, mas não mistura os ingredientes.

Passadas décadas da criação da ESG e da publicação das obras aqui referidas, o Brasil segue cambaleante em relação aos seus destinos, sempre à mercê de posicionamentos e tendências políticas domésticas. Ora privilegia o público em relação ao privado, ora o inverso. Ora se comporta como um país de tendências econômicas liberalizantes, ora estatizantes. Ora prioriza as relações sul-americanas, ora não. Ora se alinha aos países centrais do ocidente, ora os põe em segundo plano. Ora se mostra pragmático em relação às posturas ambientalistas, ora se apresenta radicalmente “verde”. Enfim, o Brasil não revela para onde pretende seguir.

E, como proposto no início deste trabalho, resta a tarefa de avaliar a pertinência do uso do pejorativo que intitula este artigo. Conforme consta nos últimos parágrafos da seção introdutória deste texto, o Brasil não é um país pequeno. Sendo continental e populoso, além de bem aquinhoado por recursos naturais de vulto, o vocábulo “anão” é totalmente incompatível em qualquer circunstância.

Assim, permite-se a dizer que, muito pelo contrário, o Brasil é um gigante, ou seja, descomunal, desmesurado, enorme, gigantesco, imenso, mastodôntico, dentre outros sinônimos que se deseja utilizar. Mas, caberia novamente ao leitor perspicaz indagar: Não seria a sua diplomacia desprezível, insignificante?

Portanto, é possível indagar se esses sinônimos do vocábulo “anão” são verdadeiramente compatíveis com a diplomacia brasileira.

Como contra-argumento, suscita-se que “O Brasil é um dos 51 membros fundadores das Nações Unidas, criada em 1945”. Nos acervos dessa organização consta que, em 1947, o diplomata brasileiro Oswaldo Aranha presidiu a primeira e a segunda sessão especial da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Além disso, a “Missão Permanente do Brasil junto à ONU em Nova York representa o país nas principais áreas de atuação da Organização: paz e segurança, desenvolvimento sustentável e direitos humanos” (Brasil, 2023).

Ademais, nas palavras de um antigo chanceler brasileiro, o Brasil “mantém relações com os 192 países que integram a Organização das Nações Unidas”. Por isso, acrescenta o chanceler, “[...] essa presença internacional brasileira também comporta uma vertente de prestígio e reconhecimento, de atribuição de valor que o Brasil representa no cenário internacional, em primeiro lugar por ser um país de paz”. E, se não bastasse esse protagonismo histórico, o Brasil é um país que “não tem inimigos” (Giraldi, 2012).

Sublinha-se que não ter inimigos configura tarefa nada fácil para a diplomacia de um Estado que é o quarto país do mundo em número de limites internacionais e o terceiro em termos de extensão das fronteiras terrestres¹⁶. De mais a mais, como se lê em FUNAG (2023), os limites internacionais brasileiros com os seus vizinhos sul-americanos são claramente definidos em acordos

16 Segundo dados colhidos em FUNAG (2023) e The World Factbook (2023), o Brasil se limita com dez países sul-americanos, ocupando o quarto lugar nesse quesito, sendo precedido pela Federação Russa (15 limites), China (14 limites) e França (11 limites). Em termos de extensão dos limites internacionais terrestres, consta que o Brasil ocupa a terceira posição no seio das nações, com 16.885 km, superado somente pela China e pela Federação Russa, que contam, respectivamente, com 22.117 km e 20.017 km.

internacionais consolidados, cujos mais recentes remontam às primeiras décadas do século passado e não configuram litígios reais ou latentes.

Seria, portanto, possível atingir esse patamar de estabilidade de limites internacionais tão extensos por uma diplomacia insignificante?

Este autor se permite, uma vez mais, a afirmar que, muito pelo contrário, o passado da diplomacia brasileira revela invejáveis feitos. O legado que essa burocracia estatal propiciou ao Brasil é, também, gigante. De posse de tamanhas realizações, tudo leva a crer que os diplomatas do Brasil reúnem condições para prosseguir no futuro com as mesmas qualidades de seus antecessores. A dependência da trajetória¹⁷ os induz a tal destino.

Então, por que o Brasil é alvo recorrente de comentários galhofeiros por parte de atores internacionais?

Pelo que se analisou neste trabalho, é lícito concluir que a motivação de tais situações é a inexistência de uma postura clara e constante do país nos cenários interno e externo. Como não há um Conceito Estratégico Nacional, o Estado brasileiro apresenta um comportamento volátil e inconstante. Por isso, considera-se que ainda é tempo de ouvir as vozes da experiência e, com urgência, obter um consenso na sociedade sobre a visão de futuro do país e formular um pensamento estratégico autóctone. Caso contrário, a pena capital do Brasil estará decretada...

17 A conhecida *Path Dependence Theory* considera que há uma forte tendência das instituições evoluírem e se comportarem de acordo com propriedades estruturais, crenças e valores consolidados ao longo de sua existência. Detalhes sobre a *path dependence theory* podem ser obtidos em Gains, John e Stoker (2005); Greener (2005) e Mahoney (2000).

REFERÊNCIAS

ADESG – ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Portal Eletrônico da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. **ADESG**, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://adesg.org.br/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

ANÃO. *In*: **DICIONÁRIO** Houaiss Eletrônico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 19 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949**. Cria a Escola Superior de Guerra e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1949. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l785.htm#:~:text=LEI%20No%20785%2C%20DE%2020%20DE%20AGOSTO%20DE%201949.&text=Cria%20a%20Escola%20Superior%20de%20Guerra%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 19 mar. 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Portal Eletrônico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. **Portal Gov.br**, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/delbrasonu/a-missao-do-brasil/a-missao-do-brasil>. Acesso em: 27 mar. 2023.

CAVALCANTI, T. B. *et al.* O pensamento político de Oliveira Vianna. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 27-45, 1979. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rcp/issue/view/3232>. Acesso em: 23 jan. 2024.

COSTA, W. M. da. Geopolítica. *In*: SAINT-PIERRE, H. L.; VITELLI, M. G. (org.). **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2018. p. 511-531.

DADOS MUNDIAIS. Portal Eletrônico. **DadosMundiais.Com**, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://www.dadosmundiais.com/maiores-paises.php>. Acesso em: 7 mar. 2023.

ESG – ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Fundamentos do Poder Nacional**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2018.

ESG – ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Portal Eletrônico da Escola Superior de Guerra. **Portal Gov.br**, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/esg/pt-br>. Acesso em: 19 mar. 2023.

EUA - ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Portal Eletrônico do Eisenhower School for National Security and Resource Strategy. **The Eisenhower School**, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://es.ndu.edu/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

FREIRE, R. R. **Os meandros conceituais da Defesa Nacional e o papel das Forças Armadas brasileiras no século XXI**. 2022. 233 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

FUNAG – FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Ministério das Relações Exteriores do Brasil**. Brasília, DF: FUNAG, 2023. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/ipri/images/analise-e-informacao/fronteiras-terrestres-brasil-13052015.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2023.

GAINS, F.; JOHN, P. C.; STOKER, G. Path Dependency and the Reform of English Local Government. **Public Administration**, New Jersey, v. 83, n. 1, p. 25-45, 2005.

GIRALDI, R. Patriota: por ser pacífico, Brasil é reconhecido no exterior. **Revista Exame**, São Paulo, 5 set. 2012. Disponível em: <https://exame.com/brasil/patriota-por-ser-pacifico-brasil-e-reconhecido-no-exterior/>. Acesso em: 27 mar. 2023.

GONÇALVES, M. **A gestão do conflito multidimensional com apoio da Geoinformação**. 2022. 38 f. Policy Paper (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022.

GREENER, I. The Potential of Path Dependence in Political Studies. **Politics**, Newcastle, v. 25, n. 1, p. 62-72, 2005.

LAGO, L. **Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal: dados biográficos 1828-2001**. 3. ed. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 2001.

LIMA, M. R. S. de *et al.* **Atlas da política brasileira de defesa**. Rio de Janeiro: Latitude Sul, 2017.

LIMA, S. E. M. **Visões da obra de Helio Jaguaribe**. Brasília, DF: FUNAG, 2015.

MAHONEY, J. Path Dependence in Historical Sociology. **Theory and Society**, New York, v. 29, n. 4, p. 507-548, 2000.

MATTOS, H. J. G. de. Brasil e mundo na perspectiva do século XXI. *In: Política Externa*, São Paulo, Paz e Terra, v. 9, n. 1, jun.-jul-ago. 2000, p. 4-21.

NUNES, R. F. O Mundo PSIC e a Ética Militar. **EBlog. Blog do Exército Brasileiro**, Brasília, DF, 1 fev. 2023. Disponível em: <https://eblog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/o-mundo-psic-e-a-etica-militar.html>. Acesso em 7 mar. 2023.

PORTA-VOZ israelense que chamou Brasil de “anão diplomático” deixa o cargo. **Veja**, São Paulo, 1 set. 2014. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/porta-voz-israelense-que-chamou-brasil-de-anao-diplomatico-deixa-o-cargo/>. Acesso em: 7 mar. 2023.

RIBEIRO, D. **Os brasileiros**: teoria do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1991.

SANT'ANNA, L. EUA veem navios de guerra iranianos no Porto do Rio de Janeiro como provocação. **CNN Brasil**, São Paulo, 3 mar. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eua-veem-navios-de-guerra-iranianos-no-porto-do-rio-de-janeiro-como-uma-provocacao-diz-fonte/#:~:text=Lourival%20Sant%27Anna%20da%20CNN%2003%2F03-%2F2023%20%C3%A0s%2022%3A08%200%3A00,Porto%20do%20Rio%20de%20Janeiro%20como%20uma%20provoca%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 7 mar. 2023.

SANTOS, J. C. dos. **Evolução do Pensamento Estratégico Brasileiro**. Revista Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, v. 20, n. 42, p. 41-66, 2003.

SILVA, G. do C. e. **Planejamento estratégico**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1955.

SILVA, G. do C. e. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

SILVA, G. do C. e. **Conjuntura Política Nacional**. O Poder Executivo e a Geopolítica do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

SOUZA, J. A. S. de. **A vida do Visconde do Uruguai**: Paulino José Soares de Souza (1807-1866). Brasília, DF: FUNAG, 2021.

SRIDHARAN, M. BANI – How to make sense of a chaotic world? **Think Insights**, [s. l.], 29 jul. 2021. Disponível em: <https://thinkinsights.net/leadership/bani/>. Acesso em: 12 jul. 2022.

THE WORLD FACTBOOK. **United States of America Central Intelligence Agency**. Langley: CIA, 2023. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

VIANNA, G. de S. **O Cruzeiro e a Corrente**. São Paulo: Dialética, 2019a.

VIANNA, G. de S. O Cruzeiro e a Corrente: a Escola Superior de Guerra como Máquina de Hegemonia (1949-1961). **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 70, p. 72-95, 2019b.

WHITEMAN, W. **Training and education Army Officers for the 21st Century**: Implications for the United States Military Academy. Carlisle: U.S. Army War College, 1998. Disponível em: <http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a345812.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.